



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**DJENANE PEREIRA DE ARAÚJO TARRAGÓ**

**APLICAÇÃO DO ARTIGO 515, PARÁGRAFO 3º DO CPC NOS  
JULGAMENTOS DOS RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE  
SEGURANÇA NO ÂMBITO DE SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Brasília  
2010

**DJENANE PEREIRA DE ARAÚJO TARRAGÓ**

**APLICAÇÃO DO ARTIGO 515, PARÁGRAFO 3º DO CPC NOS  
JULGAMENTOS DOS RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE  
SEGURANÇA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em na áreas de Direito Processual Civil Aplicado à Atividade Profissional dos servidores do STJ.

Orientador: Prof. Paulo Gustavo Medeiros Carvalho.

Brasília  
2010

**DJENANE PEREIRA DE ARAÚJO TARRAGÓ**

**APLICAÇÃO DO ARTIGO 515, PARÁGRAFO 3º DO CPC NOS  
JULGAMENTOS DOS RECURSOS ORINÁRIOS EM MANDADO DE  
SEGURANÇA NO ÂMBITO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)  
como pré-requisito para a obtenção de  
Certificado de Conclusão de Curso de  
Pós-graduação *Lato Sensu* na área de  
Direito Processual Civil Aplicado à  
Atividade Profissional dos servidores do  
STJ.

Orientador: Prof. Paulo Gustavo Medeiros  
Carvalho.

Brasília, 20 de novembro de 2010.

**Banca Examinadora**

Prof. Mestre Carlos Orlando Pinto

Prof. Mestre Henrique Vitali Mendes

Ao meu querido pai,  
Amauri Xavier de Araújo (*in memoriam*),  
lutador incansável, exemplo de  
perseverança.

Agradeço ao Professor Paulo Gustavo pela orientação primorosa e disponibilidade dispensada na elaboração dessa monografia e Ao Marcelo Tarragó pela ajuda na formatação desse trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho busca estudar como o Superior Tribunal de Justiça aplica a teoria da causa madura aos recursos ordinários em mandado de segurança. Pretende demonstrar a divergência entre as turmas em relação a aplicação do artigo 515, parágrafo 3º do CPC e os argumentos para aplicação da referida teoria. Para se chegar a esse objetivo procura-se estudar o conceito do recurso ordinário bem como o seu cabimento. Foi realizado também o estudo entre as diferenças e semelhanças do recurso ordinário e a apelação, uma vez que uma das justificativas para a aplicação da teoria da causa madura é a o fato do artigo 540 do CPC dispor que ao recurso ordinário aplicam-se as regras da apelação. Analisa-se o aspecto histórico da teoria da causa madura, como também o seu conceito e aplicação a outros recursos cíveis, bem como analisando a questão do duplo grau de jurisdição e o princípio do juiz natural. Após toda essa análise, passa-se a descrição da divergência na aplicação da teoria da causa madura no STJ posicionamentos contrários e favoráveis, realizando sobre o que foi exposta a análise crítica dos argumentos apresentados.

**Palavras-chave:** Direito Processual Civil. Superior Tribunal de Justiça. Recurso Ordinário em Mandado de Segurança. Teoria da Causa Madura. Aplicação do parágrafo 3º do artigo 515 do CPC.

## ABSTRACT

This work seeks to study how the Superior Court of Justice applies the theory of the cause in mature ordinary resources warrant safety. Want to demonstrate the difference between the classes for the application of article 515, paragraph 3º of the CPC and the arguments for the application of this theory. To reach this goal seeks to study the concept of ordinary appeal as well as its appropriate. The study Was carried out between the differences and similarities of ordinary appeal and appeal, since one of the justifications for the implementation of mature theory of the cause is the fact article 540 CPC provide that the ordinary appeal apply rules of appeal. Analyzes the historical aspect of the theory of mature cause its concept and implementation to other civil capabilities, as well as analyzing the issue of double degree of jurisdiction and the principle of natural justice. After all this analysis, the description of divergence in the application of theory of the cause in mature and favorable positions contrary STJ, performing about what was exposed to critical analysis of the arguments.

**Keywords:** Civil Procedural Law. Superior Court of justice. Ordinary appeal in writ. Mature Theory of the cause. Application of paragraph 3º of article 515 of CPC.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	8
1 RECURSO ORDINÁRIO .....	10
1.1 Notícia Histórica .....	10
1.2 Do Recurso Ordinário Constitucional .....	11
1.2.1 Conceito .....	11
1.2.2 Do cabimento no Supremo Tribunal Federal .....	12
1.2.3 Do cabimento no Superior Tribunal de Justiça .....	14
1.2.4 Recurso Ordinário e Apelação: diferenças e semelhanças .....	16
1.2.5 Recurso Ordinário Mandado de Segurança para o STJ .....	19
2 TEORIA DA CAUSA MADURA .....	22
2.1 Perspectiva Histórica .....	22
2.2 Conceito da Teoria da Causa Madura .....	23
2.3 A aplicação da Teoria da Causa Madura a outros recursos cíveis. ....	28
3 APLICAÇÃO DO ART. 515, PARÁGRAFO 3º DO CPC NOS JULGAMENTOS DOS RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO STJ. ....	32
3.1 Argumentos favoráveis .....	33
3.2 Argumentos contrários .....	36
3.3 Análise crítica dos posicionamentos .....	38
CONCLUSÃO .....	41
REFERÊNCIAS .....	44



## INTRODUÇÃO

A Lei 10.352/2001 introduziu no art. 515 o parágrafo 3º. O referido parágrafo traz a possibilidade do julgamento da lide pelo tribunal quando a causa estiver apta para o julgamento. Aqui a aptidão está calcada em um processo onde não haveria mais necessidade de produção de provas. O processo estaria maduro e pronto para o Tribunal decidir, não necessitando o retorno dos autos para o juiz.

É na apelação que visualizamos a incidência da aplicação da causa madura. No âmbito do STJ, é no Recurso Ordinário que ocorre a aplicação do art. 515, parágrafo 3º do CPC, pois há a devolução ampla da matéria discutida, aproximando-se o RO da apelação.

Assim, a escolha do tema tem como objetivo sistematizar a discussão em torno do artigo 515, parágrafo 3º do CPC dentro do STJ, observando como as diversas turmas fazem a aplicação do artigo 515, parágrafo 3º, como o STJ define a teoria da causa madura, sem deixar de observar se a celeridade é também levantada como requisito da aplicação do referido dispositivo.

A metodologia utilizada nessa monografia será a dedutiva, onde se buscará expor o assunto partindo de uma análise geral, observando o momento histórico e os motivos da inserção do parágrafo 3º, no art. 515 do CPC. Prosseguindo no trabalho, se fará a análise da aplicação do dispositivo no âmbito do STJ, para verificar como está disposta a divergência entre as Turmas que compõem o STJ bem como ocorre à aplicação do referido dispositivo. A monografia será construída utilizando-se obras que tratam sobre a Teoria da Causa Madura, bem como o estudo e análise da jurisprudência do STJ sobre a aplicação do parágrafo 3º, do art. 515 do CPC.

Esperamos demonstrar com este estudo como está disposta a divergência, no âmbito do STJ, em relação à aplicação do parágrafo 3º, do artigo 515 do CPC.

O presente trabalho foi então estruturado em três capítulos.

No primeiro capítulo, serão expostos os aspectos históricos do recurso ordinário, o conceito do referido recurso, o cabimento tanto no Supremo Tribunal Federal, como no Superior Tribunal de Justiça. Além disso, são descritas as semelhanças e as diferenças entre o recurso ordinário e a apelação.

O segundo capítulo proporcionará uma análise sobre a perspectiva histórica da causa madura, o seu conceito e a sua aplicação no recurso ordinário em mandado de segurança, bem como a outros recursos cíveis.

O terceiro capítulo corresponderá ao cerne do estudo. Aqui são expostos os argumentos contrários e favoráveis à aplicação do parágrafo 3º, do artigo 515 do CPC, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça, bem como a análise crítica dos posicionamentos existentes.

## 1 RECURSO ORDINÁRIO

### 1.1 Notícia Histórica

Ao se estudar a evolução histórica do Recurso Ordinário constata-se que o recurso surgiu na Constituição de 1891, nos artigos 59 e 61. Sobre esse ponto, afirma Santos (2010, p. 203):

Como foi a Constituição de 24 de fevereiro de 1891 que o criou, Alcides de Mendonça Lima chamou-o de recurso ordinário constitucional. A peculiaridade de sua interposição para o Supremo Tribunal Federal justificava a denominação proposta, mas não fazia dela uma “figura recursal *per se*.”

Após a Constituição de 1891, temos notícia da inserção do recurso ordinário, na Constituição de 1934, nos artigos 76, número 2, inciso II. Também foi tratado na Carta de 1937, artigo 101, inciso II, 2. Na constituição de 1946, encontramos a sua regulamentação no artigo 101, inciso II (SOUZA, 2009, p. 780). Na constituição de 1967 o instituto é encontrado no inciso II do artigo 114, e com a emenda n. 1 de 1969, passa a constar do artigo 119 (SOUZA, 2009, p. 780).

Observa-se que antes da Constituição de 1988 a competência para análise do Recurso Ordinário ficava a cargo exclusivamente do Supremo Tribunal Federal.

Atualmente, o Recurso Ordinário está previsto na Constituição de 1988 nos artigos 102, inciso II (Recurso Ordinário para o STF), e 105, inciso II (Recurso Ordinário para o STJ) (CÂMARA, 2008, p.111).

De acordo Souza (2009, p. 780) com o advento da lei 8.950 de 1994, o Recurso Ordinário passou a ser previsto no Código de Processo Civil, nos artigos 496, inciso V, 539 e 540.

No Código de Processo Civil o art. 539, preceitua em relação ao recurso Ordinário:

Art. 539. Serão julgados em recurso ordinário:

I – pelo Supremo Tribunal Federal, os mandados de segurança, os habeas data e os mandados de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, quando denegatória a decisão;

II – Pelo Superior Tribunal de Justiça:

a) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

b) as causas em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

Parágrafo único. Nas causas referidas no inciso II, alínea b, caberá agravo das decisões interlocutórias.

Destaca-se que no Código de Processo Civil, as hipóteses de cabimento do Recurso Ordinário são as mesmas previstas na Constituição. Assim, o Recurso Ordinário está regulamentado tanto na Constituição Federal como no Código de Processo Civil (SOUZA, 2009, p. 780).

## **1.2 Do Recurso Ordinário Constitucional**

### **1.2.1 Conceito**

Na opinião de Câmara (2008, p. 111) o Recurso Ordinário é um recurso constitucional, pois o seu cabimento esta previsto na Constituição Federal nos artigos 102, II (Recurso ordinário para o STF) e 105, II (Recurso ordinário para o STJ).

Na definição Souza (2009, p.781) o Recurso Ordinário Constitucional “é a espécie recursal cabível em hipóteses excepcionais previstas na Constituição

Federal e que provoca a prestação jurisdicional dos tribunais competentes como *cortes de segundo grau*".

Segundo Kozikoski (2007, p. 348) diz-se recurso ordinário porque admite "ampla devolutividade, permitindo a análise de matéria fática e de direito".

Há também a possibilidade de se abordar temas de direito constitucional. Segundo Souza, (2009, p.782), ao tratar sobre esse aspecto afirma:

Na verdade, o Recurso Ordinário produz efeito devolutivo amplo. Aplica-se por analogia, quanto ao recurso ordinário, o disposto nos artigos 515, caput e parágrafos, e 516, ambos do Código de Processo Civil. Por conseguinte, é possível discutir em recurso ordinário tanto questões de fato como questões de direito, ainda que as últimas sejam de natureza local. Temas de direito Constitucional também podem ser suscitados em sede de recurso ordinário, até mesmo quando o Tribunal *ad quem* é o Superior Tribunal de Justiça.

Ademais, merece destaque o fato de não ser necessário que a matéria em discussão tenha sido prequestionada, requisito essencial dos Recursos Especial e Extraordinário (SOUZA, 2009, p. 783).

### **1.2.2 Do cabimento no Supremo Tribunal Federal**

Consoante o artigo 102, inciso II, alínea a, cabe ao Supremo Tribunal Federal julgar, em recurso ordinário o "habeas-corpus", o mandado de segurança, o "habeas-data" e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

De acordo com Câmara (2008, p.112), o primeiro aspecto que se pode ressaltar em relação ao cabimento do Recurso Ordinário é o fato de que só poderá ser interposto o Recurso Ordinário Constitucional para o STF nos casos de competência originária dos tribunais Superiores.

Convém destacar, o que foi dito por Kozikoski (2007, p. 349), em relação o que estaria compreendido como “tribunais superiores”, afirma o autor, que esses tribunais seriam o Superior Tribunal de Justiça, o Superior Tribunal Eleitoral, o Tribunal Superior do Trabalho e o Superior Tribunal Militar.

Sob esse prisma o STF ao analisar o Recurso Ordinário oriundo da competência originária das Cortes superiores, funciona como corte de segundo grau na definição Souza (2009, p.782). Atuando dessa forma, os tribunais exercem o duplo grau de jurisdição e analisam questões de fato e de direito. Por esse motivo as Súmulas 5, 7 e 211 não incidem na espécie recursal (SOUZA, 2009, p.782).

Santos (2010, p.103) em relação ao fato do STF, bem como STJ, funcionarem como cortes de segundo grau, afirma que “instaura-se com esse recurso, uma genuína segunda instância, com ampla devolução para o julgamento da espécie”.

Se faz necessário evidenciar na análise do cabimento do Recurso Ordinário a definição quanto a expressão “decisões denegatórias”.

Câmara (2008, p. 112) ao tratar sobre o termo “decisões denegatórias” afirma:

Além disso, há que se ter claro que apenas as “decisões denegatórias” podem ser impugnadas através do recurso ordinário constitucional. As decisões concessivas da tutela pretendida pelo demandante (ou, em outras palavras, as decisões que julguem procedente o pedido demandante) não podem ser atacadas através do recurso ordinário constitucional.

Ainda, sobre o alcance da expressão decisão denegatória, afirmam Didier Jr e Cunha (2007, p. 210):

Perceba que esse recurso tem cabimento *secundum eventum litis*: ele só pode ser utilizado se a decisão for denegatória, o que implica dizer

que se trata de recurso criado para beneficiar o cidadão em face do Estado. Em outras palavras, é recurso privativo do impetrante. [...]. O mais importante no estudo deste recurso é entender o que significa “decisão denegatória”. Essa hipótese tem acepção ampla: compreende não só as decisões que julgam improcedente o pedido, mas também as que extinguem o processo sem apreciação do mérito.

Oportuno citar, também, que para o cabimento do Recurso Ordinário que a decisão que se pretende recorrer seja uma decisão final. Em relação a esse ponto menciona Didier Jr e Cunha (2007, p. 210):

Somente os acórdãos (o recurso ordinário só cabe contra acórdão) que ponham termo a mandado de segurança, habeas data, ou mandado de injunção, denegando-os, é que dão azo a recurso ordinário; acórdãos que simplesmente neguem a liminar, confirmando, em julgamento de agravo regimental (a despeito do enunciado n. 622 da súmula do STF), a decisão monocrática denegatória do relator, somente podem ser impugnados por recurso especial, extraordinário e, claro, por embargos de declaração.

Ainda, sobre o mesmo tema, Kozikoski (2007, p. 349), afirma que as decisões monocráticas não desafiam impugnação pela via do recurso ordinário constitucional, somente os acórdãos.

O prazo para interposição do Recurso Ordinário é de 15 dias, no referido recurso não cabem embargos infringentes, nem a interposição adesiva e não é necessário revisor. O Recurso é interposto perante o Presidente ou Vice-presidente a quem cabe fazer o primeiro recurso de admissibilidade (SOUZA, 2009, p. 788).

### **1.2.3 Do cabimento no Superior Tribunal de Justiça**

No âmbito do STJ e de acordo com o artigo 105, II, da Constituição Federal compete a esse Tribunal julgar, em recurso ordinário:

a) os "habeas-corpus" decididos em única ou última instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando a decisão for denegatória;

b) os mandados de segurança decididos em única instância pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos tribunais dos Estados, do Distrito Federal e Territórios, quando denegatória a decisão;

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

Das hipóteses de cabimento, acima descrita, verifica-se que em relação a alínea b, há uma semelhança entre a hipótese de cabimento do Recurso Ordinário no âmbito do STF. Sobre essa hipótese de cabimento, preceitua Didier (2007, p.213) que tudo o que foi dito em relação ao Recurso Ordinário para o STF aqui é aplicado, *mutatis mutandis*, inclusive em relação ao prazo, que é de 15 dias. Porém, ele destaca que somente cabe recurso ordinário, aqui, em mandado de segurança. A Constituição Federal não menciona o habeas data nem o mandado de injunção.

Segundo Kozikoski (2007, p. 349), em relação ao STJ que a expressão “única instância” refere-se aos mandados de segurança julgados pelos tribunais Regionais Federais, Tribunais dos Estados, Distrito Federal e Territórios.

Passando para a análise da alínea c, ou seja, as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de uma lado, e do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no país, Didier (2007, p. 213) afirma:

O cabimento do recurso não é, como alhures, *secundum eventum litis*: cabe contra qualquer decisão, seja qual for o seu conteúdo.

Essas causas tramitam na Justiça Federal de primeira instância (art. 109, II, CF/88). Assim, quem as julgará é o juiz federal. O Recurso ordinário, nesse caso, não cabe contra acórdão; ele é cabível contra as sentenças proferidas por juiz de primeira instância. Note que, curiosamente, com a interposição do recurso, a causa sai de um juiz de primeira instância e vai ao STJ, diretamente, sem passar pelo Tribunal Regional Federal.

No dizer de Souza (2009, p. 798), somente é cabível recurso ordinário em face de sentença nas hipóteses de causas internacionais.



### 1.2.4 Recurso Ordinário e Apelação: diferenças e semelhanças

É importante enfatizar, que apesar do recurso Ordinário e apelação se assemelharem existem também as diferenças entre essas duas espécies recursais.

Dessa forma, o primeiro ponto que podemos destacar é que o Recurso Ordinário é interposto sempre de decisão denegatória, com objetivo de impugnar um acórdão.

Não é cabível na forma adesiva, pois não se encontra no rol do artigo 500 do CPC, cuja relação é taxativa (MARINONI E MITIDERO, 2008, p. 517). Sobre o não cabimento do recurso ordinário na forma adesiva manifesta-se Souza (2009, p. 785):

Além do mais, a regra inserta no parágrafo único do artigo 500 também impede a interposição do recurso ordinário adesivo. É que geralmente o recurso ordinário é cabível contra acórdão de conteúdo negativo. Para facilitar a compreensão do problema, basta imaginar a seguinte hipótese: diante da parcial concessão do mandado de segurança originário pela corte local, a pessoa jurídica de direito público interpõe recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, impugnando o capítulo do julgado que concedeu o *writ* com esteio em dispositivo da Constituição Federal. Se fosse possível a interposição de recurso ordinário adesivo, tendo como alvo o capítulo denegatório da segurança originária, não haveria como cumprir a regra inserta no parágrafo único do artigo 500.

Já a apelação tem a sua previsão no artigo 503 do CPC, é interposta apenas contra a sentença e pode ser independente ou subordinada.

Souza (2009, p.784) ao tratar das semelhanças e diferenças entre o Recurso Ordinário e a apelação, preceitua:

Ao contrário do que pode parecer à primeira vista, o recurso ordinário também não pode ser confundido com a apelação. É certo que as semelhanças aqui são muito maiores, mas não a ponto de permitir a confusão entre as espécies. Com efeito, a apelação e o recurso ordinário são espécies recursais autônomas. A autonomia das mencionadas espécies recursais é revelada pelo artigo 496 do Código de Processo Civil. Enquanto a apelação está prevista no inciso I, o recurso ordinário consta do inciso V. Se houvesse identidade absoluta entre elas não haveria motivo para a existência

do último inciso. Aliás, segundo princípio de hermenêutica jurídica, não há palavras inúteis na lei: **verba cum effectum sunt accipienda**.

Nessa linha de raciocínio, outro aspecto diferente entre a apelação e o recurso ordinário diz respeito ao procedimento. O recurso ordinário tem regras próprias de interposição no tribunal *ad quem*, não incidindo os preceitos específicos da apelação. Em relação ao *quorum* para a votação da apelação e do recurso ordinário, Souza (2009, p. 786) afirma:

À vista do *caput* do artigo 555 do Código de Processo Civil e do parágrafo 1º do artigo 101 da Lei Complementar n. 35, o julgamento da apelação deve ser realizado com a participação de três votantes, podendo a decisão ser tomada por dois votos contra um. Já do julgamento do recurso ordinário podem participar os cinco ministros que integram a turma julgadora. É o que infere dos artigos 4, *caput*, 133 e 135 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, bem como dos artigos 2, parágrafo 4º, 13, inciso II e III, e 163, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça. E a decisão de turma do Superior Tribunal de Justiça não pode ser tomada por dois votos com um. É o que se depreende do artigo 41-A da Lei n.8.038, segundo o qual a decisão deve ser tomada pela maioria absoluta da turma julgadora.

As semelhanças entre o recurso Ordinário e a apelação encontram-se no prazo para interposição, que é de 15 dias; nos requisitos de admissibilidade e procedimento na origem. Sobre esse aspecto assim leciona Souza (2009, p. 788):

Como a maioria dos recursos, o recurso ordinário também está sujeito a duplo juízo de admissibilidade, o primeiro na Justiça de origem e o segundo no tribunal *ad quem*. Assim o é por força do artigo 540 do Código de Processo Civil vigente e do artigo 247 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, os quais submetem o recurso ordinário às regras da apelação referentes aos requisitos de admissibilidade e ao procedimento na origem.

Em relação aos efeitos, destaca-se que o Recurso Ordinário produz efeito devolutivo amplo, da mesma forma que a apelação. Podem incidir também no Recurso Ordinário os efeitos translativo e substitutivo (SOUZA, 2009, p. 794/795).

Convém salientar que a origem da expressão devolutivo esta calcada na “devolução do governante do poder de julgamento recursal, que ele havia anteriormente delegado aos pretores para julgamento ordinário” (GONÇALVES, 2009).

O efeito devolutivo, segundo Didier (2007) é comum a todos os recursos. Com a interposição do recurso ocorre a transferência ao Tribunal *ad quem* de toda a matéria impugnada. Dessa forma, ocorrerá o reexame da decisão, caracterizando o efeito devolutivo (DIDIER; CUNHA, 2007, p. 76).

O efeito devolutivo pode ser estudado na sua extensão e profundidade A extensão do efeito devolutivo significa qual parte do pedido o autor vai submeter ao tribunal para que seja reapreciado. Nesse momento se estabelece a máxima *tantum devolutum quantum appellatum* (DIDIER E CUNHA, 2007).

Ao tratar sobre o que a parte devolverá ao tribunal com o recurso, ou seja, o objeto da devolutividade, Gonçalves (2009, p.61) afirma que:

O objeto da devolutividade está no próprio mérito do recurso que, como visto, pode envolver tanto o mérito quanto as preliminares da ação. As preliminares ao mérito do recurso, ou seja, os pressupostos de admissibilidade recursal, são matérias de ordem pública, que ficam a cargo do efeito translativo, podendo o tribunal sobre elas se pronunciar de ofício [...]

Neste ponto vale ressaltar que o recurso só devolve o conhecimento da matéria impugnada, ou seja, matérias estranhas ao processo e que não foram decididas pelo juiz *a quo* não são devolvidas (DIDIER; CUNHA, 2007, p. 77). Além disso, não é possível que o recurso reforme a decisão para pior, é a incidência do *reformatio in pejus*.

Em relação à profundidade do efeito devolutivo, este determina quais as questões que devem ser analisadas pelo órgão *ad quem* para que este decida o

objeto litigioso do recurso. Sobre a profundidade do efeito devolutivo, pronuncia-se

Didier Jr.; Cunha (2007, p. 78):

A profundidade identifica-se com o material que há de trabalhar o órgão *ad quem* para julgar. Para decidir, o juiz *a quo* deveria resolver questões atinentes quer ao fundamento do pedido, quer ao da defesa. A decisão poderá apreciar todas elas, ou se omitir quanto a algumas delas. Em que medida competirá ao tribunal a respectiva apreciação?

Sob esse ângulo, Didier Jr.; Cunha (2007, p.78) afirma que o parágrafo 1º do art. 515 possibilita que o tribunal aprecie todas as questões suscitadas e discutidas no processo, ainda que a sentença não as tenha apreciado. Preceitua Didier, ainda, sobre o mesmo tema:

Conforme resulta dos parágrafos do art. 515, é amplíssima, em profundidade, a devolução das questões. Não se cinge às questões efetivamente resolvidas na decisão recorrida: abrange também as que nela poderiam tê-lo sido. Nisso se compreendem: a) questões examináveis de ofício; b) questões que, não sendo examináveis de ofício, deixaram de ser apreciadas, a despeito de haverem sido suscitadas abrangendo, aqui, segundo Bernardo Pimentel Souza, as questões acessórias (ex. juro legais), incidentais (ex. litigância de má-fé), questões de mérito e outros fundamentos do pedido e da defesa.

Marinoni e Mitidiero (2008, p. 527) ao discorrer sobre os efeitos da devolutividade do recurso, menciona que o parágrafo 3º do artigo 515 do CPC, amplia em extensão a cognição recursal, permitindo ao tribunal “conhecer de matéria diversa da decidida pela sentença”.

### 1.2.5 Recurso Ordinário Mandado de Segurança para o STJ

O cabimento de recurso ordinário em mandado de segurança no âmbito do STJ está previsto no artigo 105, inciso II, alínea b, da Constituição Federal, reforçado pelo artigo 539, inciso II, letra a, do Código de Processo Civil. Assim,

caberá recurso ordinário em MS contra acórdão proferido por Tribunal Regional Federal ou por Tribunal local, denegatório de mandado de segurança originário.

Neste ponto, vale ressaltar que a expressão denegatória que consta na letra da lei, segundo a doutrina deve ser interpretada de forma ampla (SOUZA, 2007, p. 76), abarcando o acórdão denegatório da ordem após o julgamento do mérito do *writ*, bem como o aresto extintivo do processo de segurança sem julgamento do mérito.

Ainda, em relação ao Mandado de Segurança, o aspecto referente se a ausência de direito líquido certo “dá ensejo apenas à extinção do processo de segurança sem julgamento do mérito por carência de ação ou se conduz à extinção do processo com julgamento do mérito”. A doutrina afirma, em relação a esse aspecto, que a preferência é pela tese de que a ausência de direito líquido e certo dá ensejo apenas a extinção do processo de segurança sem julgamento do mérito por carência de ação, mas não se nega que existe divergência em relação ao interpretação da cláusula direito líquido e certo. Porém, a doutrina ressalta também que não se deve fixar o cabimento do recurso ordinário em mandado de segurança a luz da existência de julgamento de mérito ou não. (SOUZA, 2007, p. 77).

O cabimento do Recurso Ordinário em mandado de segurança está calcado em acórdão denegatório da segurança pleiteada que se origina de Tribunal regional ou local. Assim, a concessão da ordem não dá ensejo ao cabimento do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança para o STJ. (SOUZA, 2007, p. 77).

No ponto referente a expressão única instância assim manifesta-se Souza (2007, p 78):

O recurso ordinário em mandado de segurança só cabe contra acórdão proferido por tribunal regional ou local em “única instância”, ou seja, em processo de segurança de competência originária. Já os arestos, proferidos pelas cortes regionais e locais no exercício da competência recursal não podem ser atacados por meio de recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça – ainda que haja denegado a segurança. Pelo mesmo motivo, não cabe recurso ordinário contra acórdão proferido em reexame necessário.

Um ponto importante que merece ser mencionado é que o Recurso Ordinário é cabível contra acórdão proferido em ação originária de mandado de segurança sendo irrelevante se foi por unanimidade ou por maioria de votos, pois não há menção na Constituição e nem no Código de Processo Civil referência a esse respeito (SOUZA, 2007, p. 80)

Em razão da ampla devolutividade do Recurso Ordinário em MS podemos salientar que é possível o cabimento do recurso ao STJ, contra acórdão que denega o recurso com fundamento constitucional. Sobre esse aspecto afirma Souza (2007, p.81):

Diante da premissa de que o recurso ordinário em mandado de segurança é dotado de efeito devolutivo amplo, tem-se que é cabível tal modalidade de recurso contra aresto proferido por tribunal regional federal ou por tribunal estadual, que denega *writ* com esteio em fundamento de índole constitucional. É que, ao contrário do inciso III do artigo 105 da Constituição Federal, o inciso II não impõe restrições no que se refere à matéria a ser submetida à apreciação do Superior Tribunal de Justiça.

Observa-se que o Recurso Ordinário em MS não produz efeito suspensivo, pois “as decisões proferidas em MS são de eficácia imediata, conforme revela o parágrafo único do artigo 12 da lei n. 1.533, de 1951” (SOUZA, 2007, p.82)

## 2 TEORIA DA CAUSA MADURA

### 2.1 Perspectiva Histórica

A Lei 10.352/2001 foi criada com o objetivo de alterar a parte do Código de Processo Civil de 1973 que trata da parte referente a recursos e ao exame necessário. Essa lei inseriu o parágrafo 3º ao art. 515, do CPC. O Referido artigo dispõe:

§ 3º - Nos casos de extinção do processo sem julgamento do mérito (art. 267), o tribunal pode julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.

Na Exposição de Motivos 274, de 12 de julho de 2000, o projeto enviado ao presidente da República pelo então Ministro da Justiça José Gregori, a justificativa para mudança era assim assinalada.

Art. 515. Cuida-se de sugestão que valoriza os princípios da instrumentalidade e da efetividade do processo, permitindo-se ao tribunal o julgamento imediato do mérito, naqueles casos em que o juiz não o tenha apreciado mas, sendo a questão exclusivamente de direito, a causa já esteja em condições de ser inteiramente solucionada. Anota-se que o duplo grau não é imposição constitucional. Consoante Carreira Alvim, “como o processo não é um fim em si mesmo, mas um meio destinado a um fim, não deve ir além dos limites necessários à sua finalidade. Muitas matérias já se encontram pacificadas no tribunal – como, por exemplo, na Justiça Federal e na dos Estados, as questões relativas a expurgos inflacionários – mas muitos juízes de primeiro grau, em lugar de decidirem de vez a causa, extinguem o processo sem julgamento do mérito, o que obriga o tribunal a anular a sentença, devolvendo os autos à origem para que seja julgada no mérito. Tais feitos estão, muitas vezes, devidamente instruídos, comportando julgamento antecipado da lide (art. 330, CPC, mas o julgador, por apegado amor às formas, se esquece de que o mérito da causa constitui a razão primeira e última do próprio processo).

O objetivo do dispositivo é possibilitar a celeridade processual, pois evita que o processo retorne ao grau de jurisdição inferior, para novo pronunciamento de mérito, quanto o Tribunal pode resolvê-lo de imediato, pois o processo se encontra pronto para julgamento.

Lucena (2004) afirma que apesar de relevante, a inclusão do parágrafo 3º teve pouca repercussão, pois o meio jurídico estava preocupado com a edição do novo código de processo civil.

## **2.2 Conceito da Teoria da Causa Madura**

Na opinião de Marinoni e Metidiero (2008, p.527) causa madura “é aquela cujo processo já se encontra com todas as alegações necessárias feitas e todas as provas admissíveis colhidas”.

Rosa (1986 apud CÂMARA, 2007, p.84) assim se manifestou a respeito do conceito da teoria da causa madura:

Causa Madura é aquela que está completamente instruída e pronta para receber a sentença de mérito (...). O princípio da causa madura apoiá-se na regra de que a segunda instância pode fazer tudo que o juiz de primeira instância, podendo fazer, não o fez, por erro no julgamento. O princípio da causa madura atende à maravilha o princípio da economia processual.

Todavia, a análise do mérito pelo Tribunal passou ocorrer após a inclusão do parágrafo 3º do artigo 515, antes do mencionado parágrafo, extinto o processo sem julgamento do mérito, cabia a parte interpor a apelação e mostrar a impropriedade da extinção, sem discutir o mérito que não chegou a ser discutida na primeiro grau (DIDIER ; CUNHA, 2007, p. 101).



Do ponto de vista de Gonçalves (2009, p. 87) para se reconhecer se uma causa é madura, “deve-se atentar para os pressupostos ou condições de incidência do mencionado art. 515, § 3º, do CPC: (i) “matéria exclusivamente de direito; e (ii) condições de imediato julgamento”.

A matéria exclusivamente de direito, que consta do § 3º, refere-se ao aspecto de que todos os fatos do processo precisam estar provados ou incontrovertidos. Por outro lado, o termo condições de imediato julgamento está relacionado “ao cumprimento de todas as formalidades processuais, bem como direito ao contraditório e produção de provas, de modo a não obstaculizar ou travar a possibilidade de julgamento definitivo da demanda (GONÇALVES, 2009, p. 90).

Ao se referir sobre a causa madura, Dinamarco (2003, p.160) expõe sobre os pressupostos exigidos para a aplicação do § 3º do artigo 515:

Essa situação é muito provável, quando a sentença terminativa houver sido proferida depois de cumprido todo o procedimento em primeiro grau jurisdicional e, portanto, depois de encerradas as oportunidades instrutórias, sem que as partes tivessem mais qualquer coisa a fazer no processo, seja em termos de provas, seja de alegação.

Merece ser destacado, nesse ponto, que a aplicação da teoria da causa madura, não viola o contraditório e nem a ampla defesa, pois a aplicação da referida teoria só é possível quando a causa estiver pronta para julgamento, ou seja, todas as provas foram produzidas por ambas as partes, exercido a ampla defesa e o contraditório das partes.

Necessário se faz ainda, esclarecer em relação ao § 3º do artigo 515, o aspecto relativo ao termo “o tribunal pode julgar desde logo a lide”. Gonçalves (2009, p. 90) afirma:

O verbo “poder”, em utilização conjugada, induz em erro os operadores do direito, levando a um equivocado raciocínio no sentido de que o tribunal não está compelido a estender a devolutividade da apelação, mesmo se preenchidos os requisitos necessários. Na realidade, o verbo “pode”, contido no texto da norma, tem de ser lido no sentido de “deve”.

Orione Neto (apud LUCENA, 2004) ao discorrer sobre a obrigatoriedade da aplicação do parágrafo 3º do artigo 515, afirma:

[...] não cabe ao órgão julgador escolher se julgará ou não, o mérito da demanda. Se, na situação concreta, estão previstos todos os requisitos previstos no art. 515, parágrafo 3º, não tem o julgador discricionariedade para decidir ou não a demanda, pois, não há margem para este decidir sob ponto de vista da conveniência, oportunidade e justiça, sendo a questão unicamente de direito, obrigatória a análise imediata do mérito, nos termos do parágrafo 3º do artigo 515 do CPC.

Além disso, outro ponto que merece destaque em relação a causa madura é a discussão doutrinária referente a necessidade de requerimento expresso do apelante para aplicação da norma processual em questão. Gonçalves (2009, p. 91) expõe o seu ponto de vista em relação à divergência:

Quanto à necessidade de requerimento expresso do apelante para eventual aplicação da norma processual em questão, Flávio Chein Jorge, Fredie Didier Jr. e Marcelo Abelha Rodrigues alegam que o § 3º do art. 515 do CPC deve ser interpretado na maior consonância possível com o art. 2º do CPC, analogicamente aplicado aos recursos, sob pena de se estar julgando *extra* ou *ultra petita*. No mesmo sentido, Ricardo Aprigliano afirma que o tribunal só poderá julgar diretamente o mérito da ação se a parte fizer requerimento expresso no recurso.

Em contraposição a essa corrente que defende que é necessário o pedido expresso do apelante, há aqueles que apregoam que o Tribunal pode julgar o mérito da causa, de ofício. Gonçalves expõe de modo esclarecedor tal posicionamento:

Em que pesem dissensões doutrinárias. Luiz Rodrigues Wambier e Teresa Arruda Alvim Wambier bem afirmam que, se o tribunal se sentir confortável para julgar o mérito da causa, poderá fazê-lo de ofício, independentemente de pedido específico das partes. Por ser o processo um meio para se alcançar a justiça, e não um fim em si mesmo, não cabe se apegar a formalidades exageradas, que em nada mudarão o curso da última e definitiva decisão.

Urge destacar, no estudo da aplicação do parágrafo 3º do artigo 515, a discussão referente se a Teoria da Causa Madura pelo Tribunal viola o duplo grau de jurisdição.

Primeiramente, se faz necessário discorrer sobre o conceito de duplo grau de jurisdição. Oliveira (2002, apud GONÇALVES, 2009, p. 94) assim define o duplo grau de jurisdição como “a possibilidade de revisão, por via recursal, das causas já decididas pelo juízo de primeira instância tendo em vista que a sentença pode estar eivada de erro ou injustiça”. Busca-se com duplo grau evitar que injustiças sejam cometidas possibilitando que as decisões sejam reapreciadas, bem como evitar que o juiz não abuse de sua autoridade.

Do ponto de vista de Lucena (2004) o duplo grau possui duas justificativas, “a primeira é sanar e evitar as possíveis falhas e abusos cometidos pelos magistrados. A segunda é amenizar o sentimento de revolta, de injustiça, que geralmente acomete a parte vencida em toda e qualquer demanda”.

Sob esse prisma, doutrinariamente, discute-se se o duplo grau seria uma garantia constitucional ou um princípio constitucional implícito.

Sobre esse respeito, Gonçalves afirma que “a Constituição da República vigente consagra-o, implicitamente, e.g., em seus arts. 102, II e III; art. 105, II e III; 108, II.”, não seria uma garantia constitucional.

Do mesmo modo, verifica-se que a opinião de Didier Jr.; Cunha (2007, p. 20) assemelha-se a exposto acima por Gonçalves sobre ser o duplo grau de jurisdição ser um princípio constitucional implícito. Assim preceitua:

Questão que divide a doutrina é a que se refere à natureza constitucional do princípio do duplo grau de jurisdição. A Constituição Federal de 1988, no inciso LV do art. 5º, assegurou a todos os litigantes em processo administrativo ou judicial o direito ao contraditório e à ampla defesa, com todos os meios e recursos a ele inerentes; todavia, expressamente, não aludiu ao duplo grau de jurisdição, mas sim aos instrumentos inerentes ao exercício da ampla

defesa. Por esse motivo, autorizada doutrina pátria repele que o duplo grau de jurisdição esteja alçado à categoria de princípio constitucional.

Lucena (2004), ao trabalhar, a questão do princípio do duplo grau de jurisdição afirma:

que muito embora esse princípio esteja previsto na Constituição, não tem incidência ilimitada, como ocorria no sistema da Constituição Imperial. De todo modo está garantido pela lei maior. Quer dizer, a lei ordinária não poderá suprimir recursos pura e simplesmente.

Nesse contexto, Dinamarco (2003, p. 160) defende que parágrafo 3º do artigo 515, não viola o duplo grau de jurisdição. Assim preleciona o referido autor:

[...] não há quebra do *due process of Law* nem exclusão do contraditório, porque o julgamento feito pelo tribunal incidirá sobre o processo precisamente no ponto em que incidira a sentença do juiz inferior, sem privar o autor de qualquer oportunidade para alegar provar ou argumentar – oportunidades que ele também já não teria se o processo voltasse para ser sentenciado em primeiro grau jurisdicional.

Nessa linha de raciocínio, também se faz necessário analisar se ao adentrar no mérito da causa, o Tribunal aplicando a teoria da Causa Madura viola o princípio do Juiz Natural.

O princípio do Juiz Natural tem as suas bases fixadas na Constituição Federal no art. 5º, incisos XXXVII (proibição dos tribunais de exceção) e LIII (ninguém será processado, nem sentenciado senão pela autoridade competente). Diferente do duplo grau, o princípio do Juiz Natural é explícito na Constituição Federal (GONÇALVES, 2009, p. 101).

Sobre esse ângulo, Greco Filho (apud GONÇALVES, 2009, p.101) afirma que tal princípio tem como objetivo fixar a "prévia competência do juiz a fim de se impedir interferências autoritárias", como a escolha de juízes para determinados casos, bem como a exclusão ou afastamento de magistrado.

Assim, conforme preceitua Gonçalves (2009, p. 104) sobre o princípio do juiz natural e aplicação do parágrafo 3º do artigo 515:

[...] a aplicação do art. 515, § 3º, do CPC não implica violação, *prima facie*, ao princípio do juiz natural, permanecendo a competência primitiva do órgão *a quo* para análise inicial do feito, seja com o exame, ou não, do mérito da causa.

Merece destaque, nesse estudo, a ampliação do efeito devolutivo da apelação que foi proporcionado pelo parágrafo 3º do artigo 515. O efeito devolutivo, na definição de Gonçalves (2009, p. 59), “é a transferência da matéria impugnada ao órgão *ad quem*, para reexame da decisão recorrida”.

Sobre esse ampliação do efeito devolutivo se pronuncia Lucena (2004):

Com a entrada em vigor da lei 10.352/01, o efeito devolutivo do recurso de apelação foi vastamente ampliado, pois, o novo dispositivo permitiu o imediato julgamento do mérito da lide pelo Tribunal, mesmo no caso de sentença terminativa. Antes, era obrigatório o retorno dos autos ao juízo a quo, sob pena de nulidade da decisão, em respeito ao princípio do duplo grau de jurisdição.

Assim, é possível com a Teoria da Causa Madura que o Tribunal analise o mérito da causa, desde que a causa trate de matéria unicamente de direito e esteja em condições para ser julgada imediatamente.

### **2.3 A aplicação da Teoria da Causa Madura a outros recursos cíveis.**

No estudo da Teoria da Causa madura se faz necessário verificar a extensão da aplicação à outros recursos do presente conceito.

A doutrina destaca que, apesar, do parágrafo 3º do artigo 515 ter sido colocado no capítulo do CPC que trata da apelação, “sua aplicação pode ser ensejada por quase todos os remédios recursais, na medida em que a considerada

regra – assim como o caput e demais parágrafo do mesmo artigo – é atinente à teoria geral dos recursos” (THEODORO JÚNIOR, 2007, p. 166).

Do mesmo modo Gonçalves (2009, p. 118) afirma que o “princípio *tantum devolutum quantum appellatum* trata-se de regra aplicável aos recursos em geral.”

Primeiramente, verifica-se que sobre os embargos de declaração, embargos infringentes de alçada e embargos infringentes com julgadores coincidentes não é possível a aplicação da Teoria da Causa Madura, pois esses recursos não possuem efeito devolutivo e não ocorre a transferência da matéria atacada ao órgão *ad quem*. O que se busca com esses recursos é o juízo de retratação e essa retratação será realizada pelo próprio órgão que prolatou a decisão recorrida (GONÇALVES, 2009, p. 122).

No âmbito do Recurso Ordinário (Constituição Federal, art. 102, II e 105, II) e do recurso inominado (Lei 9.099/95, art. 42) que possuem características semelhantes ao recurso de apelação, verifica-se que é totalmente possível a aplicação do art. 515, § 3º do CPC (GONÇALVES, 2009, p. 122). No tanto referente ao recurso inominado aduz o referido autor:

Em face da natureza do recurso inominado, que faz as vias da apelação nos Juizados Especiais, não há dúvidas quanto à possibilidade de aplicação do art. 515, §, do CPC nessa modalidade recursal. Afinal, trata-se de uma verdadeira apelação que observa o rito da Lei 9.099/95.

No entanto, em relação aplicação da art. 515, § 3º do CPC ao Recurso Ordinário, existe uma divergência entre o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça, apesar de o Recurso Ordinário ter a mesma natureza da apelação (GONÇALVES, 2009, p. 122).

O posicionamento do Supremo Tribunal Federal é pela inaplicabilidade da Teoria da Causa Madura, demonstrando uma postura conservadora e justificando

tal posicionamento ao argumento de que o recurso ordinário tem a sua competência definida no texto constitucional não se sujeitando as regras processuais infraconstitucionais (GONÇALVES, 2009, p. 122). Colaciono precedente do STF do Ministro Eros Grau no RMS 22.180/DF sobre o tema:

RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA. PROCESSUAL CIVIL. LEGITIMIDADE PASSIVA. SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO RECURSO FEDERAL. IMÓVEL FUNCIONAL. LEI N. 8.025/90. ART. 515, § 3º, DO CPC. INAPLICABILIDADE AO RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. [...]

3. Inaplicabilidade do art. 515, § 3º, do CPC --- inserido no capítulo da apelação --- aos casos de recurso ordinário em mandado de segurança, visto tratar-se de competência definida no texto constitucional. Precedentes [RMS n. 24.309, Relator o Ministro Marco Aurélio, DJ 30.04.2004 e RMS n. 24.789, Relator o Ministro EROS GRAU, DJ 26.11.2004].

4. Recurso ordinário julgado parcialmente procedente, determinando-se a remessa dos autos ao Superior Tribunal de Justiça para apreciação do mérito da impetração. (BRASIL, 2005).

É a seguinte a opinião de Gonçalves (2009, p. 123) sobre a justificativa do Supremo quanto a inaplicabilidade do artigo 515, § 3º:

Não obstante, é certo que o fato de o recurso ordinário ter competência constitucional prevista, não impede que seja submetido à lei processual infraconstitucional. Na realidade, tanto o recurso ordinário como outros recursos constitucionais, e.g., recurso especial e extraordinário, obedecem a diversas regras e procedimentos que não estão traçadas na Constituição, e sim na Lei 5.869, de 11.01.1973 (Código de Processo Civil), e suas leis reformadoras, todas infraconstitucionais, fazendo cair os argumentos do Supremo Tribunal Federal a respeito da inaplicabilidade do art. 515, § 3º, do CPC ao recurso ordinário.

De início, no Superior Tribunal de Justiça, a aplicação da Teoria da Causa Madura gerava uma insegurança, como se observa no voto do RMS 14.645/SC do Ministro Barros Monteiro:

Observo que este processo está naquela situação a que o Ministro Sálvio de Figueiredo denomina “maduro para o julgamento”. Seria talvez, caso de aplicar o novíssimo § 3º do art. 515 do Código de Processo Civil. Não me animo, entretanto a fazê-lo. É que, em se tratando de recurso ordinário em Mandado de Segurança, nossa competência manifesta-se *secundum eventus litis*: somente acontece quando se denega a Ordem Constitucional. (BRASIL, 2002).

Diante do que foi exposto acima, Gonçalves (2009, p. 124) afirma que o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, atualmente, evoluiu e caminhou para uma mudança, onde se considera possível a aplicação no recurso ordinário da teoria da causa madura.



### **3 APLICAÇÃO DO ART. 515, PARÁGRAFO 3º DO CPC NOS JULGAMENTOS DOS RECURSOS ORDINÁRIOS EM MANDADO DE SEGURANÇA NO ÂMBITO DO STJ.**

O objetivo da inclusão do parágrafo 3º ao artigo 515 do CPC foi propiciar uma maior celeridade nos julgamentos àqueles processos que por força da apelação chegavam ao segundo grau e que se encontravam aptos para o julgamento.

Essa aptidão estaria calcada no fato do processo estar composto com todas as provas necessárias ao deslinde da causa, não necessitando que o tribunal solicitasse a produção de provas.

Observa-se que essa possibilidade de se julgar desde logo causa que na primeira instância foi extinta sem julgamento do mérito, desde que esteja munida de todas as provas necessárias, chama-se teoria da causa madura.

A teoria da causa madura passou a fazer parte do nosso ordenamento jurídico a partir da Lei 10.352/2001, que inseriu o parágrafo 3º ao artigo 515.

No meio jurídico encontra a teoria resistência em sua aplicação, e por outro lado adeptos que acreditam que ela proporciona a celeridade, efetividade e economia processual.

Verifica-se que o Supremo Tribunal Federal não admite a aplicação da referida teoria ao recurso ordinário em MS, pois a competência do recurso está descrita no texto constitucional não se sujeitando ao que preceitua o artigo 515, § 3º, ou seja, a norma infraconstitucional. Trago a colação voto, nos Edcl no RMS 24.309-4/DF, do Ministro Marco Aurélio que preleciona:

EMBARGOS DECLARATÓRIOS - OMISSÃO. Para que se configure a omissão é preciso que o tema tenha sido articulado. Isso não ocorre quando inexistente, nos autos, notícia sobre a duplicidade de ações e a Corte se limita a assentar a legitimidade da parte, determinando a baixa dos autos à origem para a sequência do julgamento.  
RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL - MANDADO DE SEGURANÇA - DEVOLUTIVIDADE. O disposto no § 3º do artigo 515

do Código de Processo Civil não se aplica ao recurso ordinário em mandado de segurança, cuja previsão, no tocante à competência, decorre de texto da Constituição Federal (BRASIL, 2004).

Além da justificativa descrita acima, o Ministro Marcou Aurélio alega, ainda, que a aplicação do parágrafo 3º, do artigo 515 não se verifica, pois haveria supressão de instância. No mais, aduz que a incidência do referido parágrafo estaria “restrita à apelação, não se estendendo o dispositivo ao recurso ordinário constitucional”.

No Superior Tribunal de Justiça, diferente do STF, no tanto referente a aplicação da teoria encontramos ministros que se colocam favoráveis e aqueles que se colocam contra.

### 3.1 Argumentos favoráveis

A teoria da causa madura, no âmbito do STJ, é aplicada e aceita nas primeiras segunda, terceira e quinta turmas.

A defesa para sua aplicação além de estar sempre baseada na economia, celeridade e efetividade processual, reside também no fato do Recurso Ordinário em Mandado de Segurança ter natureza similar ao recurso de apelação. Assim trago à baila precedente da Ministra Laurita Vaz no RMS 11.222/MG:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. NÃO CONFIGURAÇÃO. ATO DO GOVERNADOR. NOTIFICAÇÃO DO PRESIDENTE DA FHEMIG. DESNECESSIDADE. PEDIDO MERAMENTE DECLARATÓRIO. NÃO OCORRÊNCIA. PEDIDO. INTERPRETAÇÃO EM CONSONÂNCIA COM A PETIÇÃO INICIAL COMO UM TODO. DIREITO À NOMEAÇÃO. APROVAÇÃO DENTRO DO NÚMERO DE VAGAS. CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA. DIREITO À NOMEAÇÃO CONFIGURADO.

[...]

3. É pacífico na doutrina e na jurisprudência que o recurso ordinário em mandado de segurança tem natureza similar ao recurso de apelação. Assim, a despeito da extinção do processo sem julgamento do mérito pelo Tribunal de origem, a esta Corte é permitido julgar desde logo a lide, se a causa versar questão exclusivamente de

direito e estiver em condições de imediato julgamento, por força do art. 515, § 3º, do CPC. (BRASIL, 2006).

Sobre o mesmo aspecto é esclarecedor o voto do Ministro Fux, no RMS 21.885/SP. Nele o Ministro expõe sobre a ampliação do efeito devolutivo que o artigo 515, § 3º proporcionou à apelação. Assim, em virtude, da ampla devolutividade pode o STJ analisar o mérito do RMS mesmo que o tribunal *a quo* não tenha analisado a matéria. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. DEVOLUTIVIDADE. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE PROVENTOS DE INATIVOS. ADIN Nº 3.105-8/DF. SISTEMA DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL 943/2003. EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 41/2003. INEXISTÊNCIA DE INCONSTITUCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STJ.

1. O Recurso Ordinário em Mandado de Segurança da competência do E. S.T.J., informado pelo art. 515, § 3º do CPC, por força do art. 540 do CPC, revela ampla devolutividade. Precedentes: RMS 11771/SC, DJ 24.04.2006 e EDcl no RMS 14865/RJ, DJ de 24.02.2003.

2. À luz de abalizada doutrina acerca da extensão do efeito devolutivo da apelação, consoante o art. 515, § 3º do CPC, infere-se que: " (...) *Modificou substancialmente tal regime a Lei nº 10.352, ao acrescentar ao art. 515, § 3º, a cuja luz pode ocorrer, agora, que uma sentença meramente terminativa venha a ser substituída por acórdão relativo ao meritum causae. Ampliou-se o efeito devolutivo da apelação e, do mesmo passo, tornou-se inevitável a revisão das idéias correntes acerca do princípio do duplo grau de jurisdição - que, repita-se, não está definido em texto algum, nem tem significação universal fixada a priori: seu alcance será aquele que resulta do exame do ius positum, e portanto discutir se o infringe ou não disposição legal como a que ora se comenta é inverter os termos da questão. O § 3º, cumpre registrar, não se aplica a todos os casos de apelação contra sentença terminativa. Antes de mais nada, convém explicitar três pressupostos que não figuram no texto, talvez porque considerados intuitivos: a) é preciso, obviamente, que a apelação seja admissível; se não o for, a única possível atitude do órgão ad quem será a de não conhecer do recurso, e nisso se exaurirá sua atividade cognitiva; b) a sentença apelada deve ser válida; se o tribunal lhe achar vício invalidante, tem de declará-la nula e devolver os autos à primeira instância, para que outra se profira (exemplo: incompetência absoluta do juiz que a prolatou); c) é mister que, aos olhos do órgão ad quem, não exista (ou já não subsista) o impedimento visto pelo órgão a quo ao exame do mérito, nem qualquer outro, conhecível de ofício ou alegado e rejeitado, mas não precluso (exemplo: o juiz deu pela ilegitimidade ad causam do autor, e o tribunal discorda, porém verifica existir coisa julgada). Em suma: é necessário que, estando em condições de fazê-lo, o órgão ad quem conclua que a apelação deve ser conhecida e, no mérito, provida para o fim de reformar-se a*

*sentença. Normalmente, decisão desse teor acarretaria a remessa dos autos à instância inferior, para que ali, não havendo outro obstáculo, julgasse oportunamente o mérito. Satisfeitos, contudo, os requisitos do art. 515, § 3º, o tribunal prosseguirá em sua atividade cognitiva, compondo ele próprio a lide. Para isso, além do pressupostos acima enumerados, precisam concorrer os dois a que alude a parte final do dispositivo, a saber: d) que a causa verse questão exclusivamente de direito; e) que ela esteja "em condições de imediato julgamento". (grifo nosso) (José Carlos Barbosa Moreira, in Comentários ao Código de Processo Civil, Vol. V, 11ª Ed., Rio de Janeiro, 2003, págs. 429/431)*

**3.** Consectariamente, *"Tendo em conta a devolutividade do recurso ordinário em mandado de segurança, cujo paradigma é a apelação, pode o Superior Tribunal de Justiça conhecer toda a matéria alegada na impetração, mesmo que não tenha sido apreciada pelo Tribunal de origem, principalmente aquela de ordem pública, que deve ser examinada de ofício, a qualquer tempo.(...)" (RMS11.771/SC) (BRASIL, 2007).*

No mesmo sentido se pronunciou o Ministro Humberto Martins no RMS

13.933/MT, que expõe a semelhança entre a apelação e o Recurso Ordinário:

Ressalto que a teoria da causa madura, apesar de prevista em relação ao recurso de apelação, tem sido aplicada no julgamento do recurso ordinário, diante da semelhança da devolutividade destes recursos.

Assim, pronunciar-se a doutrina:

*Até mesmo a exceção prevista no § 3º do artigo 515 igualmente alcança o recurso ordinário. Por conseguinte, mesmo quando o ordinário tem como alvo julgado terminativo, pode o tribunal **ad quem** ingressar pela vez primeira no **meritum causae**, desde que a controvérsia seja exclusivamente de direito e a extinção do processo tenha ocorrido em alguma das fases dos artigos 329 e seguintes, ou seja, quando a causa já estava madura, mas houve mera extinção do processo sem julgamento do mérito.*

*Como o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal atuam como cortes de segundo grau quando julgam recurso ordinário, bem como por ter tal recurso efeito devolutivo amplo, a admissibilidade do ordinário não depende do prequestionamento do assunto jurídico nele versado. A título de exemplificação, é possível suscitar em recurso ordinário a ausência de pressuposto processual e de condição da ação, bem como a ocorrência de decadência, de litispendência e de coisa julgada, tudo independentemente de prévia decisão na origem. O mesmo não ocorre nos recursos extraordinário e especial, que não ultrapassam a barreira da admissibilidade sem anterior solução da matéria jurídica pelo órgão judiciário **a quo**. Em suma, o recurso ordinário não pode ser confundido com os recursos extraordinário e especial. (Bernardo Pimentel Souza, Introdução aos Recursos e à Ação Rescisória, Ed. Saraiva, 4ª edição atualizada, p. 346) (BRASIL, 2007).*

Outra discussão importante, dentro da tese da teoria da causa madura, é

se essa teoria acarreta a supressão de instância. Pelo estudo da jurisprudência,

verifica-se que nos precedentes estudados que a possibilidade de análise da causa pelo Tribunal quando tratar-se de matéria exclusivamente de direito, não acarreta supressão de instância. Colaciono o EDcl no RMS 21.547/PR da relatoria do Ministro José Delgado:

O meu entendimento pessoal é semelhante ao do Ministro Luiz Fux. A necessidade de dar rápido deslinde à demanda, assim como os reiterados precedentes desta Corte e vastos entendimentos doutrinários sobre a questão, justificam perfeitamente o julgamento da ação pelo mérito. O art. 515, § 3º, do CPC permite que se examine a matéria de fundo, visto a questão debatida ser exclusivamente de direito, não havendo nenhum óbice formal ou pendência instrumental para que se proceda à análise do pedido merital. Não há razão lógica ou jurídica para negar a esta Corte Superior a faculdade prevista no aludido dispositivo legal. Impõe-se, para tanto, a sua aplicação. Inexistência de supressão de instância (BRASIL, 2008).

Observa-se pelo trecho transcrito acima que o tribunal deve julgar desde logo a lide, estando causa pronta para ser analisada. Dessa forma, o processo terá rápido deslinde, dando à parte a prestação jurisdicional que deseja ver solucionada.

### 3.2 Argumentos contrários

Divergindo do que foi exposto até aqui. A sexta turma do STJ se posiciona contrário à aplicação da teoria da causa madura no STJ.

A primeira justificativa para sua não aplicação está relacionada ao fato de que não se deve estender a aplicação do artigo 515, § 3º previsto para julgamento da apelação ao Recurso Ordinário. Transcrevo parte do voto no RMS 12.096/DF da Ministra Maria Thereza que trata sobre esse ponto:

Com a devida vênia de entendimento divergente esposado pelas Turmas componentes desta Corte em diversos julgados, no sentido de que, "presentes os pressupostos do art. 515, § 3º, do CPC, aplicável por analogia, pode, em recurso ordinário, ser apreciado o mérito da impetração" (RMS 12.461/RJ, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, QUINTA TURMA, DJ 12/6/2006. No mesmo sentido: RMS 11.222/MG, Rel. Min. LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, DJ

6/2/2003; RMS 11.931/PA, Rel. Min. PAULO MEDINA, SEXTA TURMA, DJ 17/5/2004; RMS 19.269/MG, Rel. Min. ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJ 13/6/2005, entre outros), ao meu ver referido dispositivo legal, previsto para o julgamento de apelação, não deve ser estendido para o recurso ordinário de competência deste Tribunal.(BRASIL, 2007).

Outro aspecto levantado pela jurisprudência da Sexta Turma, diz respeito a usurpação da competência do tribunal local, e a consequente supressão de instância pelo STJ caso esse analise a matéria. Nesse sentido afirma a Ministra relatora no mesmo precedente:

A Constituição Federal previu expressamente as hipóteses de competência originária e recursal deste Superior Tribunal de Justiça (art. 105, incisos I e II). Desse modo, a aplicação do art. 515, § 3º, do CPC ao recurso ordinário, com a consequente transformação da competência recursal desta Corte em originária, incorreria em flagrante contrariedade ao texto constitucional e configuraria evidente usurpação da competência do Tribunal local para apreciação do mérito da demanda.

Haveria, também, caso o STJ julgue desde logo a lide, a contrariedade ao texto constitucional que prevê expressamente as hipóteses de competência originária e recursal do STJ. Sobre esse ponto assim se manifesta a Ministra no RMS 12.096/DF:

Destarte, diante da ausência de previsão constitucional de competência originária desta Corte para julgamento de mandado de segurança contra ato de Corte local, entendo que no caso não tem aplicação o estabelecido no artigo 515, § 3º, do Estatuto Processual Civil.

De mais a mais, assentado por esta Corte que o Tribunal de origem é competente para o julgamento deste *writ*, razão pela qual não deveria ter extinto o processo sem julgamento de mérito, não seria razoável que de imediato esta Turma procedesse ao exame do mérito da segurança, sob pena de supressão de instância.

Entender-se de modo contrário acabaria por contrariar jurisprudência sumulada desta Corte (Súmula 41/STJ) no sentido de que "o Superior Tribunal de Justiça não tem competência para processar e julgar, originariamente, mandado de segurança contra ato de outros tribunais ou dos respectivos órgãos." (BRASIL, 2007)

O posicionamento da sexta turma, mas precisamente da Ministra Maria Thereza, identificasse com o posicionamento do STF, que também defende que

aplicar o parágrafo 3º do artigo 515 acarretaria supressão de instância. Afirma sobre esse ponto Ministro Marco Aurélio que “descabe concluir que o parágrafo 3º do artigo 515 do Código de Processo Civil, na redação imprimida pela Lei 10.352, de 26 de dezembro de 2001, veio a mitigar a competência do Superior Tribunal de Justiça”.

### **3.3 Análise crítica dos posicionamentos**

Verifica-se que no âmbito do Superior Tribunal de Justiça as justificativas para fundamentar a aplicação do parágrafo 3º do artigo 515 residem no aspecto similar do recurso ordinário em mandado de segurança em relação ao recurso de apelação, ao fato do referido parágrafo ter ampliado o efeito devolutivo da apelação e não acarretar a supressão de instância.

No tanto referente à natureza similar entre o recurso ordinário e apelação, pode-se dizer que a base para tal afirmação encontra-se no artigo 540 do CPC, que preceitua que ao recurso ordinário aplica-se, quanto aos requisitos de admissibilidade e ao procedimento no juízo de origem, o disposto nos Capítulos II que trata da apelação e III que se refere ao agravo, no Título dos recursos. Assim, estando o artigo 515, parágrafo inserido na parte da apelação pode-se afirmar que tal dispositivo pode ser aplicado ao recurso Ordinário.

Em relação à supressão de instância pode-se mencionar que a mesma não ocorre, pois ao proferir sentença terminativa, que “é aquela que não aprecia o fundo do litígio, extinguindo o processo sem resolução do mérito” (MARINONI; MITIDIERO, 2008, p.258), o juiz se pronunciou sobre as questões preliminares do processo, que impediram a análise do mérito ou seja, o juiz analisou o processo, não



tendo a sua instância suprimida. Ainda sobre, o mesmo prisma, afirma Souza (2009, p. 478) que a sentença terminativa implica a resolução da demanda, ainda que sem julgamento do mérito.

Outro fato que colabora para justificar que não há supressão de instância é o que o duplo grau possibilita que a decisão proferida seja reapreciada, ou seja, houve a análise no juízo *a quo* e haverá no juízo *ad quem* pelo tribunal (GONÇALVES, 2010, p. 95).

Ao recurso ordinário aplicam-se as disposições referentes à apelação, conforme preceitua o art. 540. Dessa forma, verifica-se que com a inclusão do parágrafo 3º ao art. 515 houve a ampliação do efeito do efeito devolutivo, que em virtude do artigo 540 é estendido ao recurso ordinário. Assim, é possível a aplicação da teoria da causa madura no âmbito do STJ, mesmo que a matéria não tenha sido apreciada pelo tribunal de origem, pois a matéria, em sua totalidade, é devolvida ao tribunal.

Por outro lado, a jurisprudência que se coloca contrária à aplicação do parágrafo 3º do art. 515 afirma, primeiramente, que não se pode estender à aplicação do referido dispositivo previsto para julgamento da apelação ao recurso ordinário. Porém, sobre esse ponto, vale ressaltar que o Código de Processo Civil, no seu artigo 540 dispõe que o recurso ordinário aplicam-se os requisitos e procedimentos da apelação. Desse modo, com base na legislação infraconstitucional é possível estender ao recurso ordinário os regramentos aplicados à apelação.

Nesse contexto, de opiniões contrárias, a argumentação de que o recurso ordinário teria a sua previsão no texto constitucional, e dessa forma não é possível o Superior Tribunal de Justiça julgar desde logo lide, também não procede. A improcedência justifica-se pelo fato de que o recurso ordinário possui realmente



competência constitucional, porém, a doutrina afirma que diante dessa competência constitucional, não há impedimento que se aplique a ele os regramentos da legislação infraconstitucional. Observa-se que outros recursos constitucionais (Recurso Especial e Recurso Extraordinário) se submetem a regras e procedimentos que não estão traçados na Constituição (GONÇALVES, 2009, p. 123).

Ainda, nesse mesmo sentido, o ponto referente à usurpação da competência local, bem como a supressão de instância, pode-se dizer que essas afirmações também não encontra guarida.

Em relação a usurpação da competência local, mas precisamente, violação ao princípio do juiz natural, pode-se dizer que tal princípio está previsto no art. 5º, LIII da Constituição. Porém, ao mencionar que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente não há nenhuma afirmação que essa autoridade deverá prolatar uma decisão de mérito. Assim, ao proferir a sentença seja de mérito ou sem julgamento de mérito, requisito do artigo 515, parágrafo 3º, do CPC, a atividade do juiz de primeira instância é encerrada e não há ofensa a “sua competência de primeiro julgar a causa” (GONÇALVES, 2009, p.104). Dessa feita, diante de tal justificativa não haveria a ocorrência da supressão de instância.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho tem como objeto de estudo a aplicação da teoria da causa madura nos julgamentos do recurso ordinário em mandado de segurança no âmbito do STJ

A pesquisa desenvolvida observou que o recurso ordinário esteve disposto na constituição desde 1891. A sua previsão constitucional conferiu ao recurso o caráter de recurso ordinário constitucional. Porém, as hipóteses de cabimento do recurso também estão previstas no Código de Processo Civil.

Importante ressaltar que o Supremo Tribunal Federal, bem como Superior Tribunal de Justiça funcionam como cortes de segundo grau ao analisarem o recurso ordinário, e que não há necessidade que a matéria tenha sido prequestionada.

Em virtude do que preceitua o artigo 540 do Código de Processo Civil, aplica-se ao recurso ordinário os regramentos que são aplicados no julgamento da apelação.

Assim, um aspecto de grande relevância na análise do recurso ordinário é devolutividade ampla que esse recurso possui. Desse modo, ocorre a extensão do conhecimento recursal, permitindo ao tribunal conhecer de matéria diversa da decidida pela sentença.

A teoria da causa madura tem por objetivo proporcionar o rápido julgamento da demanda, uma vez que a ação encontra-se apta para ser julgada com todas as provas necessárias para a resolução da lide.

Resta saber diante do que já foi exposto, como o Superior Tribunal de Justiça trabalha com a aplicação da teoria da causa madura nos recurso ordinário em mandado de segurança.

A divergência jurisprudencial é clara entre as turmas. Primeiramente, os argumentos favoráveis das turmas que aplica a teoria estão calcados no fato de que o recurso ordinário em mandado de segurança tem natureza similar ao recurso de apelação, pode-se dizer que a base para tal afirmação encontra-se no artigo 540 do CPC que afirma que ao recurso ordinário aplicam-se os regramentos do julgamento da apelação.

A aplicação da teoria da causa madura no STJ não gera supressão de instância, pois ao proferir sentença terminativa, que é aquela que não aprecia o fundo do litígio, extinguindo o processo sem resolução do mérito, o juiz se pronunciou sobre as questões preliminares do processo, que impediram a análise do mérito, ou seja, o juiz analisou o processo, não tendo a sua instância suprimida.

Outro fato que colabora para justificar que não há supressão de instância é o que o duplo grau possibilita que a decisão proferida seja reapreciada, após a análise do juiz a quo que julgou a sentença com ou sem julgamento do mérito.

A ampla devolutividade do recurso ordinário também é base da argumentação favorável para a aplicação pelo STJ da teoria da Causa Madura. Possuindo tal característica, a matéria analisada no tribunal *a quo* será objeto de nova apreciação no tribunal *ad quem*.

Dentro da linha contrária a aplicação da teoria da causa madura, temos o posicionamento da Ministra Maria Thereza que se assemelha a postura do STF. Alega a Ministra que a teoria acarreta supressão de instância, usurpa a competência local, além de entender que a aplicação do artigo 515 é prevista para a apelação e

não deve ser estendido ao recurso Ordinário. Aduz, também, que aplicação do dispositivo, contraria o que a constituição prevê expressamente para as hipóteses de competência originária e recursal do STJ.

Diante dos argumentos contrários à aplicação da teoria, primeiramente ressalto que o artigo 540 do CPC prevê à aplicação dos regramentos da apelação ao recurso ordinário.

Pontua-se, no mais, que apesar do recurso ordinário possuir competência constitucional, a ele se aplica as normas infraconstitucionais, assim como ocorre com outros recursos constitucionais (Recurso Especial e Recurso Extraordinário) que se submetem a regras e procedimentos que não estão traçados na Constituição.

Convém ressaltar, por fim, que em relação à usurpação da competência local, mas precisamente, violação ao princípio do juiz natural, que está previsto no art. 5, LIII da Constituição, que menciona que ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente, não há nesse artigo nenhuma afirmação que essa autoridade deverá prolatar uma decisão de mérito. Assim, ao proferir a sentença seja de mérito ou sem julgamento de mérito, requisito do artigo 515, parágrafo 3º, do CPC, a atividade do juiz de primeira instância é encerrada e não há ofensa a sua competência de primeiro julgar a causa. Dessa feita, diante de tal justificativa não haveria a ocorrência da supressão de instância.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Código de Processo Civil. 12. ed., São Paulo: RT, 2010.

BRASIL. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Recurso em Mandado de Segurança n. 22.180/DF. Relator: Ministro Eros Grau. Diário da Justiça, Brasília, 22 jun 2005. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RMS%24%2ESCLA%2E+E+22180%2ENUME%2E%29+OU+%28RMS%2EACMS%2E+ADJ2+22180%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>>. Acesso em 07 de nov. de 2010

\_\_\_\_\_. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Embargos de Declaração no Recurso em Mandado de Segurança n. 24.309-4/DF. Relator: Ministro Marco Aurélio. Diário da Justiça, Brasília, 30 abr. 2004. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/listarJurisprudencia.asp?s1=%28RMS%24%2ESCLA%2E+E+24309%2ENUME%2E%29+OU+%28RMS%2EACMS%2E+ADJ2+24309%2EACMS%2E%29&base=baseAcordaos>>. Acesso em 29 out. 2010.

\_\_\_\_\_. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso em Mandado de Segurança n. 12.096. Relatora: Ministra Maria Thereza de Assis Moura. Diário da Justiça, Brasília, 04 set. 2007. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revista\\_eletronica/ita.asp?registro=20000054063\\_3&dt\\_publicacao=24/09/2007](https://ww2.stj.jus.br/revista_eletronica/ita.asp?registro=20000054063_3&dt_publicacao=24/09/2007)>. Acesso em: 30 ago.2010.

\_\_\_\_\_. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Embargos de Declaração no Recurso em Mandado de Segurança n. 21.547/PR. Relator: Ministro José Delgado. Diário da Justiça, Brasília, 28 fev. 2008. Disponível em: [https://ww2.stj.jus.br/revista\\_eletronica/ita.asp?registro=200600463931&dt\\_publicacao=28/02/2008](https://ww2.stj.jus.br/revista_eletronica/ita.asp?registro=200600463931&dt_publicacao=28/02/2008). Acesso em: 29 out. 2010.

\_\_\_\_\_. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso em Mandado de Segurança n. 21.547/PR. Relator: Ministro José Delgado. Diário da Justiça, Brasília,

28 fev. 2008. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200600463931&dt\\_publicacao=28/02/2008](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200600463931&dt_publicacao=28/02/2008)>. Acesso em: 29 out. 2010.

\_\_\_\_\_. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso em Mandado de Segurança n. 11.222/MG. Relatora: Ministra Laurita Vaz. Diário da Justiça, Brasília, 06 fev. 2006. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=199900902580&dt\\_publicacao=06/02/2006](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=199900902580&dt_publicacao=06/02/2006)>. Acesso em: 29 out. 2010.

\_\_\_\_\_. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso em Mandado de Segurança n. 13.933/MT. Relator: Ministro Humberto Martins. Diário da Justiça, Brasília, 31 ago. 2007. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200101581755&dt\\_publicacao=31/08/2007](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200101581755&dt_publicacao=31/08/2007)>. Acesso em: 29 out. 2010.

\_\_\_\_\_. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso em Mandado de Segurança n. 21.885/SP. Relator: Ministro Luiz Fux. Diário da Justiça, Brasília, 01 fev. 2007. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200600924285&dt\\_publicacao=01/02/2008](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200600924285&dt_publicacao=01/02/2008)>. Acesso em: 29 out. 2010.

\_\_\_\_\_. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. Recurso em Mandado de Segurança n. 14.645/SC. Relator: Ministro Humberto Gomes de Barros. Diário da Justiça, Brasília, 18 jun. 2002. Disponível em: <[https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200200449741&dt\\_publicacao=26/8/2002](https://ww2.stj.jus.br/revistaeletronica/ita.asp?registro=200200449741&dt_publicacao=26/8/2002)>. Acesso em: 29 out. 2010

CABRAL, Carine Murta Nagem. Teoria da Causa Madura - Considerações acerca do art. 515, 515, parágrafo 3º do Código de Processo Civil. *Revista LTr*, São Paulo, v. 70, n. 8, p. 974-976, ago. 2006.

CÂMARA, Alexandre Freitas. *Lições de Direito Processual Civil*. 15. Ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, v.II.

DIDIER JUNIOR, Fredie; CUNHA, Leonardo José Carneiro da. *Curso de Direito Processual Civil*. 3. Ed. Salvador: Juspodivm, 2007, v. 3.

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A reforma da reforma*. 5.ed. São Paulo: Malheiros, 2003.

GONÇALVES, Mauro Pedroso. *Recurso de Apelação e novas aplicações de seu efeito devolutivo: doutrina e jurisprudência*. Curitiba: Juruá Editora, 2009.

SILVA JUNIOR, Gervásio Lopes da. *Julgamento Direto do mérito na instância recursal (art. 515, parágrafo 3º do CPC)*. Salvador: Edições Podivm, 2007.

SANTOS, Moacyr Amaral. *Primeiras Linhas de Direito Processual Civil*. 24. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010, v. 3.

SOUZA, Bernardo Pimentel. *Introdução aos Recursos Cíveis e à Ação Rescisória*. 6. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

\_\_\_\_\_, *Dos Recursos Constitucionais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2007.

KOZIROSKI, Sandro Marcelo. *Manual dos Recursos Cíveis: teoria geral e recurso em espécie*. Curitiba: Juruá Editora, 2007.

LUCENA, Túlio Araújo. *Aspectos controvertidos do art. 515, parágrafo 3º do CPC. Jus Navigandi*, mar. 2009. Disponível em: <[HTTP://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5960](http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=5960)>. Acesso em 25 jul.2010.

MAGALHÃES, Jorge de Miranda. *A apelação na “Causa Madura”*. *Revista EMERJ*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 19, p. 85-89, 2002.

MALLET, Estevão. Reforma de sentença terminativa e julgamento imediato do mérito (Lei 10.352). In: Nelson Nery Jr.; Teresa A. A. Wambier (Coord). *Aspectos polêmicos e atuais dos recursos cíveis e de outros meios de impugnação às decisões judiciais*. São Paulo: Ed. RT, 2003, vol.7, p. 197.

MARINONI, Luiz Guilherme; MITIDIERO, Daniel. *Código de Processo Civil comentado artigo por artigo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008.

NOGUEIRA, Antônio de Pádua Soubhie. Aplicações do novo parágrafo 3º do art. 515 do CPC. *Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo*, São Paulo, ano 7, n. 13, p. 45-66, jan./jun. 2004.

VAZ, Paulo Afonso Brum. Breves Considerações acerca do novo parágrafo 3º do art. 515 do CPC. *Revista de Processo*, São Paulo, ano 31, n.134, p. 88-96, abr. 2006.